

Folha de respostas:

1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	
5	CERTO		ERRADO		

6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	CERTO		ERRADO		
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	

11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E

1) Q852954

O processo de compras governamentais tem evoluído com a incorporação de critérios que estimulam, entre outros, o desenvolvimento sustentável, a inovação tecnológica, a demanda de produtos locais e a acessibilidade.

O poder de compra do Estado é reconhecido como um importante instrumento de política pública. E no caso da sustentabilidade, a legislação de contratações públicas tem amparado as condições para a sua promoção. A nova lei de licitações, a Lei nº 14.133 de 2021, por exemplo, consagra, em seu artigo 5º, o desenvolvimento nacional sustentável como um de seus princípios e, em seu artigo 11º, como um dos objetivos do processo licitatório.

Sobre a sustentabilidade nos procedimentos de compras governamentais, analise os itens a seguir.

I. A sustentabilidade nas contratações públicas se expressa exclusivamente na publicação dos instrumentos convocatórios.

II. A busca da sustentabilidade nas compras governamentais deve considerar todo ciclo de vida de um produto na análise do seu custo, podendo também ser indutora de novos mercados para produtos sustentáveis.

III. A prática de compras governamentais compartilhadas pode estimular ganhos de escala que viabilizem a contratação de produtos sustentáveis, reforçando a importância de que a sustentabilidade das contratações seja perseguida desde o seu planejamento.

Está correto o que se afirma em

- ☐ a) I, II e III.
- ☐ b) I e II, apenas.
- ☐ c) I e III, apenas.
- ☐ d) II e III, apenas.
- ☐ e) II, apenas.

2) Q852015

“Existem diferenças intrínsecas entre empreendimentos públicos e empreendimentos privados. Essas diferenças devem ser de pleno conhecimento do servidor público, tanto na etapa de idealização quanto na implantação de escritórios de projeto, formação de equipes e execução de projetos. As esferas de governo federal, estadual e municipal são formadas por inúmeros órgãos, segmentos e pessoas (que não somente os agentes públicos); esses atores nem sempre compartilham os mesmos objetivos e, menos ainda, concordam na forma de gestão para alcançá-los.”

São peculiaridades inerentes à administração pública que o servidor deve considerar quando da idealização e gestão de projetos, EXCETO:

- ☐ a) Existências de diferentes órgãos de controle nas diversas esferas de governo.
- ☐ b) Obediência a leis e normativos infralegais que regulam as contratações públicas.

- ☐ **c)** Obrigatoriedade de os recursos financeiros já terem sido devidamente recolhidos aos cofres públicos.
- ☐ **d)** Exigência de prestação de contas à sociedade em virtude do princípio da transparência e accountability.

3) Q856790

Um Auditor de Controle Externo do TCM, pós-graduado em Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público (GEPSP), foi convidado pela Unidade de Recursos Humanos desse órgão de controle para colaborar com o *design* de um concurso público. Em uma das reuniões de trabalho, ele propôs que, após o certame, todos os candidatos que tomarem posse no cargo passem por um processo de capacitação interno que estimule o autoconhecimento individual e reflexões para o desenvolvimento profissional no que se refere às habilidades de trabalho em equipe, relacionamento interpessoal e capacidade de negociação. Segundo o especialista em GEPSP, são fundamentais em quaisquer organizações públicas, mas, dificilmente, conseguem ser aferidos(as) nas provas de concursos públicos.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna no texto.

- ☐ **a)** esses saberes teóricos
- ☐ **b)** esses conhecimentos técnicos e qualificações políticas
- ☐ **c)** essas competências acadêmicas e técnicas
- ☐ **d)** essas competências comportamentais
- ☐ **e)** esses comportamentos intraempreendedores

4) Q852169

“A gestão por competências depende da integração entre sistemas de gestão de pessoas, a exemplo das áreas de treinamento e avaliação de desempenho. Na gestão por competências, a avaliação de desempenho fornece elementos para a elaboração dos programas de capacitação, favorecendo o alinhamento entre conhecimentos, habilidades e atitudes.”

Assinale a afirmativa que apresenta uma medida compatível com a ordem constitucional, que favoreça a gestão por competências na administração pública brasileira.

- ☐ **a)** Promoção entre cargos de diferentes carreiras e níveis de escolaridade, mediante aferição do conhecimento em testes e avaliações.
- ☐ **b)** Criação de comissões para fixação e alteração do valor da remuneração, conforme as habilidades individuais de cada servidor público.

- ☐ **c)** Provimento de cargos efetivos por livre nomeação, permitindo a escolha de servidores públicos por suas habilidades e atitudes.
- ☐ **d)** Criação de escolas de governo para formação e aperfeiçoamento de pessoal, facultada a celebração de convênios entre os entes federados.

5) Q842183

Em relação às normas e aos princípios constitucionais, julgue o item a seguir.

Normas constitucionais de eficácia contida são normas incompletas e não autoaplicáveis, pois dependem da intervenção legislativa para incidirem.

- ☐ Errado
- ☐ Certo

6) Q851479

A nova gestão pública no Brasil foi adotada formalmente com a denominação de administração pública gerencial com a promulgação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Diante do exposto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. De acordo com o PDRAE, existem dois tipos de agências que executam atividades do Estado: as agências reguladoras e as agências executivas.

II. A Agência Nacional de Aviação Civil e a Agência Nacional de Telecomunicações são exemplos de agências reguladoras.

III. O Instituto Nacional de Metrologia e a Agência Brasileira de Informação são exemplos de agências executivas.

IV. As agências reguladoras e as agências executivas são pessoas jurídicas de direito público e pertencem a administração pública direta.

- ☐ **a)** Apenas I e II.
- ☐ **b)** Apenas II e IV.
- ☐ **c)** Apenas I, II e III.
- ☐ **d)** I, II, III e IV.
- ☐ **e)** Apenas II e III.

7) Q828511

A Administração Pública deve voltar-se exclusivamente para o interesse público e não para o interesse privado, vedando-se, assim, o favorecimento a alguns indivíduos em detrimento de outros. Portanto, o alvo a ser alcançado pela Administração é somente o interesse público. Trata-se de aplicação do princípio da

- ☐ a) eficiência.
- ☐ b) autotutela.
- ☐ c) impessoalidade.
- ☐ d) razoabilidade.
- ☐ e) especialidade.

8) Q844574

Acerca dos princípios fundamentais da administração pública, julgue o item a seguir.

O princípio constitucional da eficiência administrativa na administração pública desobriga a exigência de se alcançar a solução da finalidade pública, uma vez que esse princípio visa que a ação seja realizada da melhor forma possível, em atendimento ao interesse público.

- ☐ Errado
- ☐ Certo

9) Q797585

No Balanced Scorecard – BSC- dentro da perspectiva do cliente, seus indicadores são:

- ☐ a) a rentabilidade e o retorno do capital investido.
- ☐ b) o retorno do capital investido e a avaliação de falhas.
- ☐ c) a pontualidade de entrega e a capacidade de desenvolver produtos.
- ☐ d) a pontualidade de acondicionamento dos produtos e a estratégia na logística.
- ☐ e) a avaliação de falhas e a estratégia na logística.

10) Q800883

Este princípio determina que a Administração Pública deve agir, de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população. Trata-se do princípio da:

- ☐ a) Moralidade.
- ☐ b) Publicidade.
- ☐ c) Eficiência.
- ☐ d) Autotutela.

11) Q797553

Na forma do § 6º do art. 165 da CF, o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativos regionalizados do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. Essa medida possibilitará, posteriormente, a fiscalização e o controle interno e externo da execução orçamentária, que abrange as subvenções e a renúncia de receitas, conforme prescreve o art. 70 da CF. Estamos falando do princípio do(a):

- ☐ a) morosidade.
- ☐ b) legalidade.
- ☐ c) contraditório.
- ☐ d) transparência orçamentária.
- ☐ e) vinculação ao instrumento convocatório.

12) Q797568

Considere os princípios administrativos expressos na Constituição Federal. O núcleo do princípio Y é a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional, prestando-se, assim, um atendimento de excelência para os administrados. Nesse contexto, é certo dizer que Y representa o princípio da:

- ☐ a) legitimidade.
- ☐ b) ignorância.
- ☐ c) mobilidade.

- ☐ d) publicidade.
- ☐ e) eficiência.

13) Q797784

“O princípio X impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta, devendo não apenas averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto”.

Considerando o trecho acima, é correto afirmar que X representa o princípio administrativo constitucional expresso da:

- ☐ a) letalidade.
- ☐ b) irrelevância.
- ☐ c) moralidade.
- ☐ d) publicidade.
- ☐ e) segurança jurídica.

14) Q809044

Não são considerados princípios da nova gestão pública:

- ☐ a) foco da ação do Estado no cidadão.
- ☐ b) reorientação dos mecanismos de controle por resultados.
- ☐ c) flexibilidade administrativa.
- ☐ d) indistinção acerca daquilo que pertence ao Estado ou ao próprio soberano.
- ☐ e) valorização do servidor.

15) Q768074

A Administração pública refere-se ao aparelho estatal, ou seja, ao conjunto formado por um governo e seus agentes administrativos, regulado por um ordenamento jurídico, que consiste no conjunto das normas, leis e funções existentes para organizar a Administração

do Estado em todas as suas instâncias e tem como principal objetivo o interesse público, seguindo

- ☐ **a)** os atributos da universalidade, da transparência ou visibilidade social, do controle social, da cultura cívica e da sustentabilidade.
- ☐ **b)** os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- ☐ **c)** as concepções da universalidade, da uniformidade e da equivalência, da irredutibilidade, da diversidade e do caráter democrático e descentralizado.
- ☐ **d)** os fundamentos da finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade e ampla defesa.
- ☐ **e)** os conceitos do contraditório, da segurança jurídica, do interesse público, da legalidade e da impessoalidade.

